

A POLÍTICA AFRICANA DA CHINA

Amaury Porto de Oliveira

Em novembro de 2006, a imprensa internacional deu grande relevo à realização em Pequim, nos dias 4 e 5 daquele mês, de uma reunião de cúpula do Presidente Hu Jintao com os Chefes de Estado ou de Governo de 48 países africanos. Era o maior conclave internacional jamais realizado pela RPC, e os jornais mencionaram inclusive que a logística em torno dele seria uma espécie de ensaio geral para o desafio das Olimpíadas de 2008. Foi também enfatizado que o Governo chinês estava financiando a viagem e a hospedagem de luxo das 48 delegações, numa cidade engalanada e despoluída para a ocasião. O que não foi deixado claro no noticiário da mídia é que não se tratava de uma iniciativa diplomática isolada, tomada oportunisticamente em função de cálculos governamentais. Tratava-se, na verdade, da segunda sessão plenária do FOCAC (Fórum on China-Africa Cooperation), estabelecido em 2000 numa outra cúpula em Pequim. Essa conferência de fundação fora precedida de reunião ministerial, prevista para repetir-se a cada três anos, como já aconteceu em 2003 (Adis Abeba); agora em Pequim; e deverá acontecer em 2009 (Cairo).

O processo FOCAC mostra, pois, que a China possui uma política africana. Política que vem dos primeiros anos da fundação da RPC, havendo a segunda cúpula coincido com os cinquenta anos da abertura da Embaixada da RPC no Cairo (1956). Meu propósito, neste trabalho, é examinar como tem evoluído tal política, quais os seus objetivos e quês perspectivas existem para ela. Para a evolução histórica vou apoiar-me ampla e livremente num estudo de Zhang Hong-Ming, da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), do qual existe tradução brasileira, inserida em coletânea organizada por Beluce Bellucci.¹

UM LONGO E CONSISTENTE TRABALHO DIPLOMÁTICO

Zhang Hong-Ming registra três fases no relacionamento da China com a África, nas décadas do período maoísta. Nos anos 1950, num mundo dividido em dois campos, sob a direção respectivamente de EUA e URSS, a grande preocupação de Pequim era ampliar o número dos seus amigos. Buscá-los entre os países da primeira vaga de independências africanas mostrou-se importante, e a tarefa veio a ser facilitada pela ocorrência (1955) da Conferência de Bandung, na Indonésia. Foi lá que Zhu En-lai conheceu Nasser e outros dirigentes africanos. Desses contatos saiu o estabelecimento pioneiro de relações diplomáticas com o Egito (30.05.56), e até o fim da

década, com Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné. Zhu En-lai, que era na época Primeiro Ministro e Ministro do Exterior, formulou em nome do governo chinês cinco princípios para o relacionamento da China com os países estrangeiros, que é interessante deixar enunciados, na medida em que ainda explicam comportamentos dos chineses diante dos regimes em existência na África, por vezes criticados no Ocidente. São eles:

- 1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;
- 2) não agressão mútua;
- 3) não ingerência nos assuntos internos;
- 4) igualdade e vantagens recíprocas;
- 5) coexistência pacífica.

Na década dos 1960, havendo Pequim entrado em desavenças com Moscou, a estratégia básica chinesa passou a ser a luta “contra a hegemonia das duas superpotências”, em aplicação da qual Mao Zedong elaborou a tese das “duas zonas intermediárias”: os países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina; e a Europa Ocidental. Um importante triunfo nessa segunda zona foi o reatamento de relações diplomáticas com a França (1964), com reflexos sobre os territórios franceses da África. A China tinha de concorrer no continente africano com o trabalho paralelo dos EUA e da URSS, mas mesmo assim, e graças em parte aos três périplos efetuados por Zhu En-lai através de países recém-independentes, no final da década eram 19 (entre 41 novos Estados) os países que mantinham relações diplomáticas com Pequim; contra cinco na década dos 1950. Retórica à parte, Pequim perseguia dois objetivos de ordem prática, nessa busca de reconhecimentos: barrar o estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan e ir acumulando apoios na Assembléia Geral da ONU. Quando em 1971 a Assembléia Geral retirou de Taipé a representação na ONU, em favor de Pequim, um terço dos votos foram dados por países africanos.

A virada da década dos 1960 para os 1970 foi momento cheio de dificuldades internas e externas para o regime chinês, obrigando seus dirigentes a novos ajustamentos ideológicos. Partindo da visão de que a União Soviética se tornara país “social-imperialista”, cobiçoso e feroz, Mao elaborou a teoria dos “três mundos”, que demonstrava na prática sua disposição de aliar-se aos EUA contra a URSS. E como fosse a África o continente onde mais acirrada se mostrava a luta entre as duas superpotências, especial atenção foi dada por Pequim ao trabalho ali. Numa abordagem repleta de contradições. Por um lado seguia a China apoiando e até armando movimentos de libertação nacional, como os dos territórios sob colonização portuguesa. Por outro lado, ajudava abertamente ações da França ou dos EUA, desde que tendessem a neutralizar

ou frear a penetração soviética na África. Com tudo isso, e ajudada pelo novo estatuto de membro ativo da ONU, pôde a China ampliar sua presença diplomática na África. No fim da década, eram 44 os países africanos com relações formais com a China: 25 a mais do que no final dos anos 1960.

Com a chegada dos 1980 e o início das reformas comandadas por Deng Xiaoping, foi mudando por completo a visão do mundo e a ação política dos dirigentes do PCC. Deng era o supremo pragmatista, empenhado na construção econômica do país e despojado de teias ideológicas “Não há – proclamava ele – verdades reveladas! Nem na Bíblia ou no Corão, nem nos escritos de Marx, Engels, Lênin ou Mao. A verdade é uma conquista do cidadão, a ser buscada nos fatos.”. Um teste dessa posição sobreveio em junho de 1985, quando a Comissão Militar Central do partido foi chamada a decidir sobre a desejada redução de um milhão de homens nos efetivos das Forças Armadas chinesas. A medida parecia imprudente diante da tese leninista da inevitabilidade da guerra imperialista. Deng dirimiu a questão, afirmando que o crescimento das forças da paz tornava possível afastar por muito tempo o perigo de guerra e, quem sabe, instalar a paz mundial. Algum tempo depois, o Comitê Central do partido iria abandonar formalmente a teoria de Lênin sobre o imperialismo, visto como manifestação incontornável da luta de classes. Para os dengistas, em vez de luta de classes, o problema do hegemonismo devia ser tratado no nível de conflito entre Estados. A pretensão a hegemonia era um desvio de comportamento de país desejoso de modelar o mundo. Era justo condenar e combater tal comportamento, sem deixar de trabalhar com o candidato à hegemonia.

À vista dessas especulações chinesas em torno de lideranças hegemônicas, foi irônico que quinze anos mais tarde, num dos seus primeiros pronunciamentos como Presidente dos EUA, George W. Bush tivesse rotulado a China de “competidor estratégico” dos EUA. Colocações feitas por membros da equipe de Bush mostraram que por trás dessa qualificação estava a idéia de que, mais cedo ou mais tarde, a RPC tentaria conquistar a hegemonia mundial. Paul Wolfowitz dissera isso de forma explícita, num artigo da campanha eleitoral: “A China está emergindo como grande potência. Convencer potência emergente de que transformações no **status quo** devem ser buscadas pela via pacífica tem sido problemático, historicamente. No século passado não foi possível fazê-lo com a Alemanha e o Japão, e as conseqüências foram catastróficas.” Condoleezza Rice dissera o mesmo, num célebre artigo em **Foreign Affairs**: “A China ressent-se do papel dos EUA na área da Ásia banhada pelo Pacífico. Isso significa que a China não é uma potência de **status quo**, mas sim uma potência que gostaria de alterar a seu favor o equilíbrio de poder na Ásia.”

Lanxin Xiang, um professor universitário chinês de trânsito internacional, reagiu com vigor, em artigo na **Survival**, revista do IISS de Londres², a essa tentativa de estabelecer analogia entre a ascensão da China, no final do século XX, e a ascensão da Alemanha Imperial quando Eduardo VII reinava na Inglaterra. A tese central de Lanxin Xiang é que os neo-conservadores americanos erram ao invocarem o “dilema eduardiano” de um século antes. Nas condições atuais – diz ele – é a China que defende o equilíbrio de forças prevalecente, diante da agressividade kaizeriana dos EUA. A China mantém-se na posição defensiva que teve a Inglaterra, revelando ao mesmo tempo a sua frustração com a visível determinação dos EUA de mudarem as regras do jogo internacional. Na verdade, quando a equipe de George W. Bush intensificou a circulação das suas teses, em 2000/2001, já a cúpula dirigente de Pequim se afastara há tempos inclusive de sua estridência contra o mundo monopolar da preferência dos EUA, que estivera de moda após o fim da Guerra Fria.

Voltando a acompanhar as relações da China com a África, cumpre assinalar que nos anos 1980, por iniciativa própria, o governo chinês redefiniu sua estratégia diplomática e política em relação àquele continente. Sublinhando que a paz e o desenvolvimento eram as preocupações a ter primordialmente em conta, os chineses insistiam junto aos eventuais interlocutores africanos em três princípios fundamentais para o relacionamento entre eles: manutenção da independência e da autonomia; defesa da paz no mundo; e busca em comum do desenvolvimento. Sob Deng Xiaoping, a China passara a preconizar uma diplomacia aberta, livre de considerações ideológicas, e despolitizou em consequência seu trabalho diplomático na África. Em termos concretos, esforçou-se por estabelecer relações com os países antes desprezados como pró-Moscou. Três novos países reconheceram Pequim, num ambiente de favorecimento da cooperação econômica e do intercâmbio comercial sobre questões de ordem política. Entre dezembro de 1982 e janeiro de 1983, o Primeiro Ministro Zhao Ziyang efetuou um circuito de 29 dias por onze países africanos, pondo ênfase na cooperação econômica e tecnológica. Na passagem pela Tanzânia (13.01.83), Zhao afirmou que daí em diante a China observaria, nos seus contatos com a África, os princípios de: “igualdade e vantagens recíprocas; valorização da eficácia; diversidade nas formas de cooperação; e desenvolvimento em comum”. Os interesses dos Estados em causa seriam o princípio e o fim do trabalho conjunto.³

Embora a África não seja a prioridade número um da diplomacia da China, o continente africano exerceu desde o início forte atração sobre os governantes da RPC, como fonte de matérias-primas e mercado para exportações, além de arena de trabalho político. No plano internacional, a regra onusiana de “um país, um voto” torna o conjunto dos africanos força

eleitoral nada desprezível, e a China tem sabido cultivar pacientemente esse terreno, consciente do respaldo que lhe dá a África nas pelegas internacionais. Desde 1989, o Ministro chinês do Exterior visita a África no início de cada ano. E as estatísticas dos anos 1990 mostram que, nessa década, mais de dez dirigentes chineses no nível de Vice-Primeiro Ministro ou superior efetuaram cerca de trinta viagens à África. O Presidente Jiang Zemin fez dois periplos pelo continente e o Primeiro Ministro Li Peng, três. Em 1999, o ainda Vice-Presidente Hu Jintao visitou quatro países africanos. Zhu Rongji, por vários anos o czar da economia chinesa, abriu novo setor de trabalho num circuito em 1995, quando ele acertou com governantes locais novas formas de cooperação econômica sino-africana. Dois meses após a sua volta, Zhu organizou em Pequim uma Conferência Nacional de Trabalho para a Reforma da Assistência a Países Estrangeiros, na qual foi decidida a abertura na África de dez Centros para Comércio e Investimentos. Empresas chinesas estavam começando a instalar-se na África e o Ministério do Comércio Exterior e da Cooperação Econômica convocou, em 1997, uma conferência nacional para acertar medidas de ajuda aos empresários chineses. Um Seminário Sino-Africano de Funcionários da Gestão Econômica passou a reunir-se duas vezes por ano. Foi em culminação de todo esse trabalho que, em outubro de 2000, reuniu-se em Pequim a primeira cúpula do FOCAC.

DUAS CONFERÊNCIAS EM CONFRONTO

O fato de a cúpula sino-africana de novembro de 2006 ter sido o ponto de chegada de um longo e rotineiro trabalho diplomático em nada empana seu impacto mundial. Antes pelo contrário. O que é preciso agora é situá-la no contexto histórico, como o possível ponto de partida de uma nova era para a África. Essa expectativa ganha sentido quando se compara a Conferência de Pequim com uma outra, realizada em Berlim em 1885. Cada um desses encontros teve o objetivo central de estabelecer métodos e normas para o aproveitamento dos recursos naturais do continente africano, num surto esperado de modernização econômica. A grande diferença entre os dois momentos aparece quando se examina o conteúdo civilizacional da sociedade por nascer. Os neo-conservadores americanos erram quando vaticinam um choque irrecorrível entre a China em desenvolvimento e os EUA, mas eles não deixam de ter razão quando vêem a China como o “competidor estratégico” dos EUA. Numa competição que não precisa degenerar em conflito armado, mas que tende a produzir sociedade bem diferente da preparada na Conferência de Berlim, da qual os EUA vieram a ser a versão acabada.

A Conferência de Berlim (15.11.84-23.02.85)⁴ foi convocada para “regulamentar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio e da civilização em certas regiões da

África”. Por trás desse arrazoado estavam disputas muito reais em torno de colônias, nas quais se estavam empenhando a Inglaterra, a França, a Alemanha em pleno repto ao hegemonismo inglês, a Espanha, Portugal e o Rei dos Belgas. A Bélgica era na época um dos pilares da I Revolução Industrial, e Leopoldo II havia criado uma entidade semi-privada, a Associação Internacional do Congo, com ambições territoriais e comerciais na África Equatorial, bem recobertas por um discurso civilizador e humanista, que impressionava entre outros os EUA. As pretensões da Associação Internacional chocavam-se com velhos interesses de Portugal na embocadura do Rio Congo, e a Inglaterra tomou o partido dos portugueses. Alemanha e França tomaram posição oposta e desse imbróglio nasceu a idéia de uma conferência internacional, da qual participaram os países europeus, menos a Suíça e os Estados Balcânicos, e os EUA. A Ata de Berlim, assinada ao final da conferência, estabeleceu uma espécie de código internacional para a partilha da África Negra. As regras do jogo apoiavam-se em dois princípios fundamentais: (1) um Estado civilizado que ocupe ponto na costa do continente tem direito ao interior; (2) somente a ocupação efetiva garante esse direito. Para a implementação desses princípios firmou-se a teoria das “esferas de influência”. A hinterlândia controlada por potência estabelecida na costa estendia-se até onde a ocupação efetiva da mesma topasse com as fronteiras de uma zona de influência vizinha ou de um Estado organizado.

Os “Estados civilizados” de que falou a Ata de Berlim haviam deixado de interessar-se pela mercadoria anteriormente buscada na África – os escravos. Queriam agora matérias primas para as indústrias que iam tomando impulso. E calorias para a força de trabalho do operariado industrial, dando origem a novos cultivos de oleaginosas, tipo amendoim, que transformaram regiões inteiras. A história da África no século XX é em grande parte a história da luta pelo controle desses vários insumos. A meio caminho, a Segunda Guerra Mundial alterou bastante o quadro político do continente. A ascensão de uma nova potência hegemônica e a contestação à mesma feita, durante várias décadas, pelo campo comunista abriram oportunidade para o aparecimento de nacionalismos africanos, que foram se erigindo em Estados. São hoje mais de cinquenta, surgidos ao sabor das possibilidades, e tem-se mostrado impraticável dar racionalidade às fronteiras entre eles. Todos tiveram de aceitar os “fatos” criados pela grande partilha colonial, situação com que vai tendo igualmente de trabalhar a China.

Ao pôr em marcha o processo FOCAC, a China está também buscando assegurar matérias primas para seu próprio desenvolvimento econômico, como fizeram as potências do Congresso de Berlim. Mas é bem diferente a maneira de agir dos chineses. A China não integra alianças militares, não tem bases no estrangeiro e sua projeção militar no exterior, apenas incipiente, é

quase só em missões onusianas de manutenção da paz. Seus instrumentos de trabalho em relação à África são a diplomacia, a ajuda técnica e financeira e o comércio. Diferente outrossim poderá vir a ser a sociedade construída pelos chineses com a contribuição dos insumos africanos. É possível ver a China em plena edificação de uma economia de dimensão continental, repetindo o precedente histórico da continentalização da economia dos EUA, na segunda metade do século XIX. Se tudo correr bem para eles, os chineses poderão dispor dentro de vinte ou trinta anos de um mercado nacional único, solidamente montado sobre moderníssimas malhas de transportes e telecomunicações. As relações políticas e econômicas globais acusarão, certamente, o impacto do aparecimento desse pólo de atração mundial, alternativo aos EUA, e a África desfrutará de posição privilegiada por seu auxílio na obtenção de tal resultado.

Nas análises ocidentais do trabalho da China na África, é reduzida a atenção dada ao movimento recíproco das elites africanas interessadas na cooperação com a China. Esse interesse é bem real, no entanto. Desde os anos 1960, governantes da primeira vaga de independências africanas e pioneiros dos movimentos de libertação na África buscaram aprofundar contatos com o regime chinês. Sekou Touré, Presidente da Guiné, foi o primeiro Chefe de Estado africano a visitar oficialmente a China, em setembro de 1960. Nos 40 anos seguintes, Chefes de Estado ou de Governo das cinco dezenas de Estado que foram surgindo na África fizeram 200 vezes a mesma viagem. Alguns líderes (Nyerere, Kaunda, Mobutu, Bongo, Kerekou e Mugabe) repetiram-na várias vezes. Acrescentem-se a isso centenas de visitas de ministros de governos africanos.

O cientista político sul-africano Chris Alden tem um artigo na *Survival*⁵, que trata bem do tema e no qual vou apoiar-me nos próximos quatro parágrafos. Os líderes africanos vêm-se ressentindo, observa Alden, de uma crescente retração das fontes de influência política, investimentos econômicos e ajuda ao desenvolvimento, que vinham tradicionalmente do Ocidente, ao mesmo tempo que se intensificam as tendências dos velhos doadores bilaterais e multilaterais a interferirem nos assuntos domésticos africanos. Os governantes africanos sentem-se compelidos a buscar novas fontes para a estabilidade dos seus regimes, situação particularmente pronunciada no caso dos governos cujas políticas têm resultado no empobrecimento progressivo dos seus países, no aguçamento de conflitos domésticos e em violações dos direitos humanos, colocando-os diante da imposição pelos ocidentais de “condicionamentos” para a continuação de ajudas. O comportamento “compreensivo” da China a esses respeito é muito bem-vindo. Na reunião ministerial do FOCAC em Adis Abeba (2003), o Primeiro Ministro Wen Jiabao declarou que a assistência e os investimentos chineses “são dados

com a mais profunda sinceridade e sem condicionamentos políticos”. Posição reiterada pelo Presidente Hu Jintao, durante uma visita ao Gabão, em fevereiro de 2004.

Não é de surpreender que a boa disposição chinesa tenha ecoado positivamente em países como o Zimbábue, a República Centro-Africana ou o Sudão, às voltas todos com conflitos domésticos ou problemas de direitos humanos. Na reunião do FOCAC em Adis Abeba, o Presidente Robert Mugabe, do Zimbábue, movido pela intervenção de Wen Jiabao, causticou a “união sagrada anglo-saxã contra o Zimbábue”, contrastando-a com “o caminho alternativo proposto pela China, prenúncio na verdade de um novo paradigma global”. O extraordinário crescimento econômico da China estimula governos e homens de negócios africanos a desenvolverem laços efetivos com país que muitos vêem como uma próxima superpotência. Os êxitos da China, país reduzido a situação de pobreza pelo imperialismo ocidental e que dela se livrou, superando inclusive desastrosas experiências socialistas, são de molde a entusiasmar elites africanas à busca de modelos positivos de desenvolvimento. Tanto mais quanto mostram-se os comunistas chineses aptos a se adequarem às injunções da economia de mercado global, sem porem em causa os interesses do regime vigente. Como acentua Chris Alden: “Para líderes e regimes confrontados com instabilidades domésticas; desgastes da reestruturação e liberalização econômicas; e pressões por abertura democrática, a China mantém acesa a esperança de reformas que não ponham a perder todos os ganhos acumulados no exercício do poder.”

Alden acautela, porém, contra concluir-se que a ação chinesa na África está concentrada em facilitar o crescimento das redes de interesses das elites governamentais. Pequenos e médios empresários africanos têm podido estabelecer lucrativos laços com redes de negócios chinesas e taiwanesas, fora dos canais governamentais. E há o turismo. Graças ao fortalecimento, na China, de uma classe média com poder aquisitivo, cresce o fluxo de turistas para pontos da África. E o governo de Pequim sabe usar a política dos “destinos turísticos aprovados” para recompensar regimes amigos. A África do Sul e o Zimbábue são exemplos de países que receberam transfusões de receitas turísticas, em momentos de dificuldades do lado ocidental.

Evidentemente, nem tudo são flores no relacionamento dos líderes africanos com os seus pares chineses. Um dos pontos de tensão é o comércio. Indústrias como a têxtil e as manufaturas de baixa tecnologia vêm sendo abaladas pelo fluxo de produtos baratos chineses, dando margem a fricções nos encontros ministeriais. Redes de lojas retalhistas chinesas espalham-se pelo continente, aumentando o descontentamento de pequenos comerciantes. Outra fonte de ressentimentos é a prática de empresas chinesas de trazerem seus trabalhadores para projetos contratados, o que já tem dado causa a protestos, por vezes violentos, como foi o caso no Zâmbia

e no Lesoto. Chris Alden chama a atenção para a apreensão que estará causando na China a evolução recente da arquitetura jurídica da cooperação inter-africana. Há um distanciamento do apoio incondicional ao princípio da soberania ilimitada do Estado, típico da velha Organização da Unidade Africana, em direção ao regime mais flexível da União Africana, que prevê a possibilidade de intervenção direta em Estado membro, se determinada pelo Conselho de Paz e Segurança da nova entidade. Também o NEPAD (sigla inglesa de “New Economic Partnership for África”) vai-se constituindo num mecanismo independente de fiscalização da adesão dos regimes africanos aos critérios da boa governança. São passos no sentido da instituição de normas derivadas de preocupações ocidentais, passíveis de alterar o apoio usual do bloco africano, nas instâncias multilaterais, às posições chinesas de defesa extremada da soberania nacional.

A insistência de Pequim em que a China não impõe condicionamentos na cooperação com países amigos deixa de funcionar quando aparece o problema de Taiwan. Os chineses invocam aí, a seu favor, o princípio da não interferência nos assuntos internos do parceiro. Em 1997, Pequim cortou de chofre as relações com o Chad, após ter esse reconhecido Taipé, em troca de um empréstimo de 125 milhões de dólares. Reação mais paciente, que tornou evidente o valor simbólico da África do Sul para a diplomacia chinesa, ocorrera em 1994, quando Nelson Mandela tentou criar o fato consumado de relações simultâneas com Pequim e Taipé. Após meses de um trabalho de lenta persuasão e contra-propostas de ajuda desenvolvimentista, Pequim logrou obter de Pretória o abandono dessa experiência e o rompimento com Taiwan. Em setembro de 2006, pôde um jornal do Zâmbia (The Times) registrar o que ele mesmo chamou de primeiro sinal de interferência da China na vida política africana. Estava em curso a campanha para a eleição de um novo Presidente, e um dos candidatos vinha demonstrando inclinações a trabalhar com o “país soberano” Taiwan. Segundo “The Times” e um outro jornal de Lusaka, o Embaixador chinês, Li Baodong, andou comentando em círculos empresariais que os investidores chineses teriam de reconsiderar seu interesse pelo Zâmbia, se vencesse aquele candidato.⁶

UMA NOVA POTÊNCIA AFRICANA

Em maio de 1996, o então Secretário-Geral do PCC e Presidente da China, Jiang Zemin, em viagem pela África, foi convidado para falar perante a Organização da Unidade Africana, em Adis Abeba. Em discurso intitulado “Para uma Nova Ordem Monumental nos Anais da Amizade Sino-Africana”, Jiang Zemin desenvolveu cinco sugestões de ação para os dois lados, colocando num novo patamar de entendimento e de seriedade a cooperação da China com os países da África. As sugestões de Jiang Zemin nada mais eram que a adequação às reformas econômicas do

pós-maoísmo, e ao trabalho com os africanos, daqueles velhos cinco princípios para o relacionamento da China com países estrangeiros, formulados por Zhu En-lai em 1956. Sua reformulação quarenta anos depois não era simples retórica. Expressava, entre outras coisas, a preocupação do governo de Pequim com a recente transformação da China num importador líquido de petróleo.⁷ Nas décadas dos 1970 e 1980, a China tinha podido manter-se distante da turbulência que sacudia o sistema internacional do petróleo, dando-se ao luxo de fixar os preços domésticos do combustível sem referência aos preços internacionais. Em 1993, depararam-se os chineses com o fim da auto-suficiência em petróleo e a necessidade de reorganizar rapidamente suas fontes de energia primária, se queria o país continuar no caminho da modernização. Duas linhas alternativas de trabalho começaram a ser testadas: a expansão do uso do gás natural, recorrendo a jazidas domésticas e às de países vizinhos; e o ingresso na corrida mundial por suprimentos e reservas do ouro negro. Uma das estratégias julgadas rentáveis, a este último respeito, era buscar países dotados de reservas petrolíferas, mas nos quais tivessem as grandes firmas petrolíferas, na maioria americanas, dificuldade de trabalhar. Era uma combinação de fatores que se repetia em vários países da África.

O primeiro contrato obtido pela China para levantar petróleo no exterior foi com o Peru, em 1993. Outras investidas foram feitas na América Latina, com êxito especial junto à Venezuela de Chávez. Avanços foram também conseguidos na Ásia Central, com destaque para o Irã, e entre os países árabes do Oriente Próximo. Mas é sobretudo na África (Sudão, Angola, Argélia e outros) que as três maiores estatais chinesas do petróleo: CNPC (China National Petroleum Corporation); CNOOC (China National Offshore Oil Corporation); e SINOPEC (China Petroleum and Chemical Corporation) vêm tendo êxito. Dezenas de acordos de comércio e investimentos foram assinados em função do trabalho dessas companhias, e em 2005 a China importou 38 milhões de toneladas de petróleo da África, 30% de todo o petróleo importado pelo país. Particularmente importante tornou-se o Sudão, país que investimentos chineses transformaram de importador em exportador de petróleo. As exportações petrolíferas do Sudão estão alcançando dois bilhões de dólares, metade delas destinadas à China, onde representam 5% do petróleo importado. Segundo relatos de imprensa, quatro mil guardas chineses não uniformizados protegem as instalações petrolíferas sudanesas.

A despreocupação dos chineses com a eventualidade de o parceiro africano figurar em listas negras dos EUA costuma aborrecer Washington, mas evidentemente alimenta as simpatias pela China entre os regimes africanos. A África não tem sido uma prioridade diplomática para os EUA. Somente quatro Presidentes americanos estiveram em terras africanas, se se contar como

visita o comparecimento de Roosevelt à reunião, no Cairo, dos “Quatro Grandes” da Segunda Guerra Mundial. Nos últimos anos, tem ocorrido uma busca pela cooperação de capitais africanas, mas essencialmente para a luta contra o terror, desenvolvimento que por outro lado faz crescerem as restrições aos vistos para estudantes, um setor tradicionalmente propício a germinar entusiasmo para com o “modo de vida americano”. A China responde às críticas que lhe são feitas nesse contexto enfatizando seu respeito à soberania dos Estados e à não interferência nos assuntos internos dos parceiros. No tocante ao problema específico de Darfur, a China dá vigoroso apoio ao papel de liderança que cabe à União Africana. Em respaldo aos esforços da UA na manutenção da paz no continente, a China tem intensificado sua assistência financeira e sua participação concreta nas operações de preservação da paz. No final de 2005, havia 843 militares chineses servindo em oito dessas operações, na África. Em março de 2005, a China fora um dos primeiros países a designar representante junto à UA.

O interesse da China na África vai bem além dos assuntos petrolíferos. Em janeiro de 2006, o governo de Pequim deu a público um Livro Branco⁸ sobre as relações sino-africanas, notável pela abrangência dos temas tratados e pela sofisticação demonstrada no tipo de ajuda concreta prestada pelos chineses. A prática antiga de construir estádios esportivos ou grandes edifícios públicos está dando lugar a projetos de infraestrutura, que inclusive facilitam depois a atuação de empresas chinesas. Companhias privadas chinesas, sozinhas ou em parceria com grupos locais, estão construindo auto-estradas, oleodutos, estradas-de-ferro, hospitais e portos. Estima-se em 80 mil o número de técnicos e trabalhadores chineses empenhados ativamente nessas obras, por todo o continente. Prática que pode provocar protestos de sindicalistas, mas que representa uma forma concreta de assistência técnica e põe o assistente chinês trabalhando lado a lado com o operário local, um fato novo na história do contato da África com o grande mundo.

Situações desse tipo explicam a crescente difusão do **soft power** chinês, na África.⁹ Começam a surgir ali os “Institutos Confúcio”, de eficácia provada na Ásia como centros de estudos chineses e de ensino do idioma chinês. Em 2004, 2.400 estudantes africanos participaram de cursos diversos na China, sendo que 332 matriculados em universidades. Amiudam-se na China os seminários para o treinamento de jornalistas africanos. Também programas de três meses, em francês ou inglês, para aprimoramento de diplomatas da África. E há exemplos de transferência de tecnologia, como a ajuda que estão dando à Nigéria cientistas chineses, num projeto de lançamento de satélite espacial.

Num outro plano, consolida-se a cooperação militar, e a África cresce como mercado para armamento de fabricação chinesa. Entre 1996 e 2003, somente a Rússia vendeu mais armas a

países africanos. A cooperação militar tem sido particularmente intensa com o Zimbábue, o Sudão e a Etiópia. Em abril de 2005, seis aviões a jato para operações militares “de baixa intensidade” foram fornecidos ao Zimbábue, que no ano anterior havia comprado 12 caças e 100 veículos militares. Tanques, caças, bombardeiros, helicópteros, etc., têm sido cedidos ao Sudão

A sede da China por todo tipo de recursos que alimentem seu acelerado crescimento reflete-se na variedade de suas importações do continente africano. Algodão bruto da África do Oeste; cobre e cobalto da República Democrática do Congo; minério de ferro e platina de Zâmbia; e madeira do Gabão. No sentido inverso, manufaturas e vestuário de baixa tecnologia, da China, invadem as cidades africanas. Um Ministro da Etiópia ressaltou, recentemente, que 90% das mercadorias à venda no maior mercado de Adis Abeba procedem da China. Em 1955, o ano anterior ao citado discurso de Jiang Zemin, o comércio total China-África tinha sido de três bilhões de dólares. Em 2005, chegou a quase 40 bilhões e a expectativa é que tenha alcançado a marca dos 50 bilhões de dólares em 2006. Para conseguir esses resultados, a China oferece aos parceiros africanos créditos a longo prazo e juros baixos, e concede tarifa zero para 190 tipos de produtos oriundos de países africanos que mantenham relações diplomáticas com Pequim. Às vésperas da cúpula de novembro de 2006, o Primeiro Ministro Wen Jiabao anunciou que iam ser estudados, na reunião, mecanismos de proteção das indústrias africanas e dos empregos, diante do crescimento das importações provenientes da China.

Para encerrar esta resenha dos dez intensos anos de relacionamento sino-africano, entre o discurso de Jiang Zemin em Adis Abeba e a segunda cúpula FOCAC, cumpre ainda falar dos investimentos chineses. Nos dez anos anteriores ao discurso, a China investira apenas 20 milhões de dólares na África. Já em 2004, dos 15 bilhões de dólares investidos naquele continente, 900 milhões vieram da China. As linhas de crédito abertas pela China funcionam muitas vezes como um bilhete de acesso às riquezas naturais. Assim foi na Nigéria, onde a promessa de quatro bilhões de dólares a serem investidos em refinarias, centrais elétricas e agricultura foi a chave para a obtenção de direitos para a exploração de petróleo. Mas não faltam casos em que não há produtos naturais envolvidos. A Huawei, firma do setor das telecomunicações, ganhou contratos no valor de 400 milhões de dólares, para instalar redes de telefonia móvel no Quênia, Zimbábue e Nigéria. Em 2006, dados chineses diziam estar a China empenhada em 450 projetos de investimentos na África, dos quais somente 28% no setor de mineração e petróleo. Nesta faixa, aliás, tinham os chineses arrebatado o valioso contrato para a exploração da mina de ferro de Belinga, no norte do Gabão, pelo qual muito lutara a Vale do Rio Doce.

O Banco Mundial divulgou recentemente um estudo intitulado “A Estrada de Seda da África”, no qual se adianta já haverem os investimentos chineses atingido 10% de todos os investimentos diretos estrangeiros no continente africano. O estudo afirma estarem os países da África retirando benefícios de tais investimentos, benefícios que tenderão a crescer com o aumento previsível da transferência de tecnologias. A cúpula de novembro de 2006 parece ter confirmado essas boas perspectivas. O Presidente Hu Jintao prometeu créditos e empréstimos de longo prazo aos países africanos, no valor de cinco bilhões de dólares, e afirmou que até 2009 a China dobrará sua ajuda à África. A reunião produziu um “plano de ação”, com pormenores sobre a cooperação política e no setor social que se pretende levar adiante. A China assumiu o compromisso de formar 15 mil profissionais africanos, isentar de tarifas uma nova leva de importações da África, e estabelecer até cinco zonas de livre comércio. À margem da conferência, empresas chinesas assinaram acordos com onze países africanos, prevendo investimentos de US\$1,9 bilhão em setores como telecomunicações e equipamentos tecnológicos; infraestrutura; matérias primas; bancários e de seguros.

O senhor Gobind Nankani, Vice-Presidente do Banco Mundial para a Região Africana e que esteve ligado à elaboração do estudo acima citado, participou como observador da cúpula de Pequim. Em entrevista à agência chinesa Xinhua¹⁰, ele fez um balanço muito positivo do estado das relações entre a China e a África. O impacto do comércio sino-africano e dos investimentos chineses começa apenas a se fazer sentir no mundo, acentuou Nakani. E a China, que há 20 ou 30 anos se beneficia de investimentos diretos estrangeiros maciços, tem agora a oportunidade de estender seus ganhos à África. Um relacionamento de novo tipo está em vias de nascer e a China começará a ser vista como uma nova potência africana

Para não deixar diminuir o ímpeto gerado pela cúpula de Pequim, o Presidente Hu Jintao já voltou à África, menos de um ano após seu último circuito por aquele continente. Na virada de janeiro para fevereiro ele visitou oito países africanos, levando consigo a decisão do seu governo de conceder aos mesmos três bilhões de dólares de créditos especiais. Segundo a agência chinesa de notícias, Xinhua, a China terminara 2006 com um déficit comercial de US\$2,1 bilhões com a África. No centro desse périplo de Hu Jintao esteve a escala no Sudão, na qual disseram os jornais que ele instou com o Presidente Omar Hassan al-Bashir pela necessidade de boa e rápida solução para o problema de Darfur. Hu anunciou uma ajuda humanitária da China, no valor de 48 milhões de dólares, especificamente para essa província sudanesa. Além disso, Hu ofereceu ao Sudão um empréstimo de 12 milhões de dólares, sem juros, e perdoou dívidas de 70 milhões. O comércio bilateral China-Sudão superou, em 2006, a casa dos três bilhões de dólares.

Campinas, fevereiro de 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Zhang Hong-Ming “A Política Chinesa na África”, in: *Abrindo os Olhos para a China*, org. Beluce Bellucci. Rio de Janeiro: CEEA

² Xiang, Lanxin. “China’s Eurasian Experiment”, in *Survival*, vol. 46 n2 (2004)

³ cf. Zhang Hong-Ming, citado nota 1, pág. 256

⁴ Para o contexto histórico da Conferência de Berlim e seus resultados, veja-se por exemplo: BAUMONT Maurice “L’essor Industriel Et L’impérialism Colonial” (1878-1904). Paris: Presses Universitaires de France, 1949, pp 97-103

⁵ Alden, Chris “China in Africa”, in *Survival*. Londres: ISS, Autumn 2005

⁶ “Pequim deve ter influência sobre eleição no Zâmbia”. São Paulo: Valor, 22/09/2006

⁷ A dimensão petrolífera da política africana da China está muito bem tratada em: Lafargue, François “La Chine, une puissance africaine”, in *Perspectives Chinoises*. Hong Kong, Juillet 2005

⁸ <http://www.fmprc.gov.cn/eng/zxxx/t230615.htm>

⁹ Sobre o crescimento do soft power chinês na África e o comércio de armamentos, cf. Eisenman, Joshua “China’s África Strategy”, in *Current History*, May 2006

¹⁰ A entrevista de Gobind Nankani e farto material jornalístico sobre a cúpula do FOCAC e o estudo do banco mundial poderão ser acessados em www.chinaview.cn